



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10320.001602/2010-03
Recurso nº 922428 Voluntário
Acórdão nº 2301-002.696 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de abril de 2012
Matéria Contribuições Previdenciárias
Recorrente MUNICÍPIO B DO CORDA CAMARA MUNICIPAL
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Período de apuração: 01/01/2006 a 31/12/2008

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. APLICAÇÃO. CORREÇÃO REPRESENTAÇÃO. MUNICIPIO. DECISÃO. NULIDADE POR VÍCIO FORMAL.

O Município é parte legítima para figura no polo passivo da obrigação tributária, ainda que os fatos geradores tenham sido praticados pela Câmara Municipal.

Constatada a nulidade por vício formal, ante ao equivoco na intimação das partes determinado pelo próprio fisco, é nula a decisão recorrida.

Processo Anulado.

Aguardando Nova Decisão.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos: a) em anular a decisão de primeira instância, a fim de intimar o Município a impugnar, ou não, o lançamento, deixando claro que este é o sujeito passivo da relação jurídica, ainda que os fatos geradores tenham ocorrido na Câmara Municipal, nos termos do voto do Relator.

(assinado digitalmente)

Marcelo Oliveira - Presidente.

(assinado digitalmente)

Damião Cordeiro de Moraes - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marcelo Oliveira (Presidente), Adriano Gonzáles Silvério, Bernadete De Oliveira Barros, Damião Cordeiro de Moraes, Mauro Jose Silva, Leonardo Henrique Pires Lopes.

Relatório

1. Trata-se de recurso voluntário interposto pelo MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA – CÂMARA MUNICIPAL em face da decisão que não conheceu da impugnação apresentada.

2. Narra o relatório fiscal que o crédito lançada “refere-se às diferenças de contribuições sociais devidas à Seguridade Social apuradas neste procedimento fiscalizatório, incidentes sobre a remuneração dos segurados acima mencionados, correspondentes à parte patronal dos segurados empregados (20%), à parte patronal dos segurados contribuintes individuais (20%) e às contribuições para o seguro acidente – RAT (1% até 05/2007 e 2% a partir de 06/2007), conforme descrito no ‘Discriminativo do Débito – DD’.” (f. 54)

3. Tanto a Prefeitura Municipal de Barra do Corda, quanto a Câmara Municipal de Barra do Corda foram cientificadas da atuação fiscal por intermédio dos ofícios OFÍCIO N° 594/GAB/DRFB/SLS/MA (f. 175) e OFÍCIO N° 595/GAB/DRFB/SLS/MA (f. 177) respectivamente.

4. Foram apresentadas duas impugnações, uma pela Câmara Municipal e outra pelo Município de Barra do Corda / Prefeitura Municipal.

5. O Acórdão de primeira instância restou ementado nos termos que transcrevo abaixo:

“AUTO DE INFRAÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS INCIDENTES SOBRE AS REMUNERAÇÕES DE SEGURADOS EMPREGADOS E CONTRIBUITES INDIVIDUAIS.

Constituem fatos geradores de contribuições sociais as remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados e contribuintes individuais. As contribuições previdenciárias incidentes estão previstas nos arts. 22, incisos I e II (parte da empresa e SAT sobre as remunerações dos empregados), e inciso III (parte da empresa sobre as remunerações dos contribuintes individuais) da Lei 8.212/91. Também foi incluída a contribuição decorrente do recolhimento em atraso de Guias da Previdência Social (GPS), consoante dispunham os art. 34 e 35 da Lei 8.212/91.

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. IMPUGNAÇÃO ILEGITIMIDADE PASSIVA.

A legitimidade é requisito indispensável da impugnação, assim, não deve ser conhecida a impugnação apresentada por parte ilegítima,

consequentemente, não é instaurado o contencioso, na forma do art. 14 do Decreto 70.235/72.

Impugnação Não Conhecida.

Crédito Tributário Mantido.” (f. 256)

6. Em sede recursal, o contribuinte apresentou suas razões aduzindo, em síntese, o que segue:

a) preliminarmente, que o recurso deve ser conhecido, pois o CNPJ n.º 07.642.283/0001-14 é o CNPJ da Câmara Municipal do Município do Barra do Corda e também do Município do Barra do Corda, assim um não pode ser dissociado do outro, pois “se a Câmara Municipal do Barra do Corda não teria legitimidade para a defesa administrativa do Auto de Infração, assim também não teria legitimidade para constar como parte fiscalizada e autuada; sendo, portanto, nulo o Auto de Infração por ter por fazer constar como parte autuada a Câmara Municipal do Município do Barra do Corda ao invés de Município do Barra do Corda”;

b) a nulidade da Decisão recorrida, tendo em vista que o agente fiscal induziu o contribuinte a erro ao fazer o lançamento em nome do Município do Barra do Corda/Câmara Municipal – CNPJ n.º 07.642.283/0001-14;

c) não houve clareza de fundamentação para explicar a constituição do crédito tributário, pois foram utilizadas as diversas alíquotas a título de multa, além disso o auto de infração em epígrafe, que não obstante apontar os dispositivos legais que regulamentam o caso em tese, o faz de forma genérica apontando toda a norma, cabendo ao contribuinte descobrir em qual dispositivo da norma indicada deu origem à infração, a penalidade e ao valor aplicado, devendo ser o procedimento administrativo;

d) a forma de aferição de empregados e trabalhadores avulsos para fins de levantamento da atividade preponderante desenvolvida é através da contagem do número de empregados que exercem atividade laborativa em cada estabelecimento da empresa como já definido pacificamente na jurisprudência de nossos tribunais, assim, e como o fisco não respeitou a tal preceito, deve o lançamento ser anulado, por ofensa à Lei e ao princípio constitucional da estrita legalidade;

e) por fim, a ilegalidade e a inconstitucionalidade da utilização da taxa SELIC para a correção de créditos tributários.

7. Não houve apresentação de contrarrazões. Os autos foram encaminhados à apreciação deste Conselho.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Damião Cordeiro de Moraes

DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

1. Preliminarmente é importante que se faça a análise da legitimidade passiva do recorrente, tendo em vista que a decisão de primeira instância não conheceu da impugnação apresentada pelo contribuinte. Segundo o acórdão a impugnação “foi apresentada pela Câmara Municipal de Barra do Corda e em seu nome, e não pelo Município de Barra do Corda, portanto, pessoa diferente da autuada, sendo, pois, parte ilegítima para tal” (f. 264)

2. Ocorre que, compulsando os autos, verifica-se que tanto a Prefeitura Municipal de Barra do Corda (OFÍCIO Nº 594/GAB/DRFB/SLS/MA – ff. 176 e 177), que arcará com o débito e representa a Municipalidade para efeitos tributários é quem possui legitimidade para contestar o lançamento.

3. Mas o fato de a Câmara Municipal ter vindo aos autos, equivocadamente, originou-se de procedimento adotado pelo fisco que gerou enorme confusão processual. Os Avisos de Recebimento (AR) juntados às ff. 177 e 179 demonstram que houve a separação das intimações para os órgãos em blocos, restando incertos os encaminhamentos dos documentos fiscais, o que ensejou sérias dúvidas quanto para o contribuinte acerca de qual entidade deveria responder à autuação.

4. Com isso, resta evidente o cerceamento do direito de defesa por parte do verdadeiro contribuinte, “Município do Barra do Corda/Câmara Municipal”. E conforme dispõe o artigo 59, inciso II, do Decreto 70.235, de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, são nulas as decisões proferidas com preterição do direito de defesa.

5. No mesmo sentido, o artigo 12, inciso II, do Decreto 7.574/2011, que regulamentou o processo de determinação e exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária federal e outros processos, dispõe que:

“Art. 12. São nulos (Decreto nº 70.235, de 1972, art. 59):

(...)

II - os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.”

6. Por esse motivo, com observância ao princípio da ampla defesa, entendo que deve ser anulado por vício formal o acórdão recorrido e intimado o verdadeiro sujeito passivo da relação jurídica, qual seja o Município de Barra do Corda, na pessoa da Prefeitura, para, querendo, apresente impugnação ao lançamento fiscal de débito.

CONCLUSÃO

7. Por todo o exposto, CONHEÇO do recurso voluntário, para ANULAR a decisão recorrida por vício formal, a fim de intimar o Município a impugnar, caso queira, o lançamento, deixando claro que este é o sujeito passivo da relação jurídica, ainda que os fatos geradores tenham sido praticados pela Câmara Municipal.

(assinado digitalmente)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 19/06/2012 por DAMIAO CORDEIRO DE MORAES, Assinado digitalmente em 02/07

/2012 por MARCELO OLIVEIRA, Assinado digitalmente em 19/06/2012 por DAMIAO CORDEIRO DE MORAES

Impresso em 17/07/2012 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Processo nº 10320.001602/2010-03
Acórdão n.º **2301-002.696**

S2-C3T1
Fl. 305

Damião Cordeiro de Moraes - Relator

CÓPIA